



ARTIGOS



Infância E Transfobia Na Família

Relatos De Sobrevivência

Nosli Melissa de Jesus BENTO, Secretaria Estadual de Educação/SED/MS

Magda SARAT, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Nubea Rodrigues XAVIER, Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul/UEMS

Resumo: Objetivamos analisar os comportamentos das famílias na educação de crianças e dos corpos infantis, nas questões de gênero, considerando concepções adultocêntricas pautadas na percepção da sexualidade pelas normas binárias e heterossexuais. A pesquisa bibliográfica e empírica, com pressupostos teórico-metodológicos nos estudos de gênero, procura desconstruir a imagem de um corpo centrada num genital e da sexualidade definida por características binárias e fixas. Buscamos aproximação às teorias decoloniais e à sociologia da infância, para compreender como estas infâncias transgêneras foram silenciadas na família. Empiricamente entrevistamos três mulheres transgêneras, com base na metodologia da História Oral, ouvindo histórias de vida e memórias de infância. Os resultados propiciaram reflexões sobre como os comportamentos e os padrões de conduta se construíram e legitimaram ainda na infância seus corpos sociais. No entanto, o ato de transgredir permitiu a tais mulheres serem “sobreviventes”, escapando aos discursos patologizantes ouvidos cotidianamente, durante toda a infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Transfobia. Família. Memória.



Começo de história...

“Quando um corpo vem ao mundo é depositado nele um destino de gênero; quem transgride a norma esperada passa a ser odiada (o). Assim nasce a transfobia”.

Magô Tonhon

O nascimento, a infância ou a gênese contemplam processos sociais, individuais e coletivos na constituição dos grupos em diferentes períodos históricos, para este artigo, elegemos apresentar alguns aspectos referentes a um grupo denominado família como a primeira experiência na formação do indivíduo, a responsável pela sua origem e inserção social. Embora não seja a única instância, e aquela que escolhemos, mas a que nos coube por hereditariedade e pertença.

O núcleo familiar tem uma trajetória histórica que trataremos posteriormente, e representa o lugar físico no qual todos os corpos nascem e ao qual de uma maneira ou de outra, como aponta nossa epígrafe, junto com ele, vem um depósito de expectativas a serem normatizadas e à medida que este corpo transgride as expectativas geradas, iniciam os problemas para o indivíduo ainda na infância, período propalado como um dos mais importantes da vida humana. Tais temas nos ocupam como pesquisadoras e educadoras, particularmente quando pensamos nas crianças, nas infâncias, nas famílias, nas nossas investigações.

Neste contexto, conceitos como transfobia, infância e família serão tratados, bem como, de que forma alguns indivíduos participantes de uma pesquisa concluída, se relacionaram no espaço familiar experimentando e vivenciando as relações complexas entre pais e filhos e filhas, a partir da percepção familiar de que estes teriam se “desviado” das normas binárias da heterossexualidade em direção a infâncias transgêneras, que socialmente deveriam ser silenciadas e apagadas desde a tenra idade.

Apresentaremos neste artigo, a partir da história de vida e memórias de três mulheres transgênero/as seus relatos da infância que contam suas experiências calcada em uma profunda necessidade de lutar pela sua sobrevivência. Inicialmente em contextos familiares, aparentemente construídos para serem afetivos, acolhedores e de aceitação, mas que se tornaram adversos e discriminatórios à medida que



estes indivíduos transgridem as normas impostas para seus comportamentos.

Optamos pelas histórias de vida e as memórias de *Marisa, Karina e Gabriele*, mulheres transgêneras, que nos autorizaram a contar suas experiências e em fazer a análise buscando compreender que “a família pode ser”, a partir de dois aspectos: um lugar seguro na infância e um tempo das aprendizagens sociais; ou o espaço do desterro, do abandono, mas também provocar a resistência e a sobrevivência. Tais análises são discutidas na tentativa de fazer uma aproximação as teorias de gênero e as perspectivas decoloniais para compreender os silenciamentos das infâncias transgêneras, a partir dos relatos de memória destas sobreviventes na família e em seus grupos mais próximos de parentela.

A Família e a Transfobia

A família, uma instituição histórica e socialmente constituída, no Ocidente é tema de inúmeras pesquisas sob diferentes vertentes. Dentre alguns autores/as citamos: Ariès (1981); Badinter (1985), Samara (2004), Oliveira (2011), Carvalho (2000), Silva (2015), Giddens (2005). Nos séculos precedentes, família seria constituída a partir de laços afetivos tornando-se um ambiente vital na formação inicial para as crianças, e contribuindo no desenvolvimento de sua autoestima, sua identidade e sua afirmação, bem como, na construção de suas concepções. Ou ainda, seria “um grupo de pessoas diretamente unidas por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças” e estes agrupamentos nascem da união entre pessoas que se tornam “parentes” em uma “união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aceita socialmente” (GIDDENS, 2005, p. 175). Tal importância da referida instituição se estabelece, também, na legislação nacional ao afirmar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (L.8.069/90 - Art. 227).

Neste contexto, ao falar em famílias, nos remetemos aos modelos sociais e os modos de agir desta instituição, que ao ser citada na legislação, destina-se a todos os modelos no país e se caracteriza pela pluralidade. Atualmente temos uma diversidade de modelos familiares: famílias



nucleares, monoparentais, recompostas (SILVA, 2015) o que faz emergir diferentes relações entre os grupos de indivíduos. No entanto, nessa coletividade temos indivíduos que nascem, como aponta a epígrafe, “transgredindo a norma”, pois se algumas famílias são mais favoráveis ao diálogo e conseguem conviver com as diferenças que seus/as filhos/as apresentam, outras, não aceitam tais atitudes, a tendência além de regular os comportamentos, é a destruição do sujeito. Em geral, isto ocorre em parentelas com filhos (as) transgêneros (as), ainda mais se considerarmos a classe social dos indivíduos. Sendo um tema complexo debater as infâncias transgêneras são silenciadas desde as instituições familiares.

Tais discussões são pertinentes à medida que avançam as pesquisas sobre o tema, com leituras atravessadas por outras perspectivas acerca das infâncias, e informam as discrepâncias dos modelos sociais existentes, bem como a realidade concreta dos grupos. Nas famílias vemos emergir sujeitos que antes eram invisibilizados, e a tendência de determinadas propostas teóricas apresentam possibilidades de dialogar e produzir essas histórias, a partir da visão destas pessoas, ou destes indivíduos.

Portanto, os discursos hegemônicos de poder, as epistemologias dominantes, as narrativas, em geral concentradas nas mãos e nas falas do homens brancos, cisgêneros, cristãos, heterossexuais, que compõe o modelo das ditas “famílias tradicionais”, dão lugar a outros modelos familiares, permitem, as teorias, desconstruir os saberes tidos como universais e ao apresentar o contra-discursos colocam estes indivíduos em posição de subalternidade, à margem do conhecimento e dos espaços sociais, lugares para se expressarem e existirem nos contextos familiares.

Aqui apresentamos os relatos de três mulheres transgêneras nominadas como Karina, Gabriele e Marisa. Ao narrar suas memórias de infância e formação, elas nos informam os sofrimentos vividos quando crianças, enfatizaram os constrangimentos e as inúmeras situações de violência psíquica e física dentro do próprio lar, especialmente, quando descobrem sua condição e, sem compreender, buscam respostas. Para dar as respostas, as famílias as submetem a tratamentos compulsórios, para “curá-las” das suas identidades de gênero, percebidas como “desviantes”, portanto foram agredidas e abandonadas, o que provocou sofrimento. Sobre o *modus operandi* da família temos a contribuição de Preciado (2021):

Permitam-me inventar, retrospectivamente, uma cena de enunciação, de fazer um direito de resposta em nome da criança governada que eu fui, de defender outra forma de governo das crianças que não são como as



outras. (...) E me rebelo hoje em nome das crianças que esses discursos falaciosos insinuam preservar. Quem defende os direitos da criança diferente? Os direitos do garotinho que gosta de usar rosa? Da menina que sonha em se casar com sua melhor amiga? Os direitos da criança a mudar de gênero se ela quiser? Os direitos da criança à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança de crescer em um mundo sem violência, nem sexual nem de gênero? (PRECIADO, 2021, s/p).

Quem defende essa criança? Seria a família a primeira resposta? Nos parece que não, muito pelo contrário. Ao problematizarmos os modos como lidam com seus filhos e filhas aparentemente “inadequados” às normas de gênero compulsórias, ou conforme cita Preciado (2021), a “criança diferente”. Percebemos que os discursos são perpassados por processos de “patologização” e estigmatização destes sujeitos. As entrevistas, realizadas por nós, vão na mesma direção da “cena inventada” pela autora, no entanto são concretas, recolhidas na pesquisa empírica e analisadas a partir das contribuições dos estudos de gênero, teoria *queer*, sociologia da infância e aproximações as teorias decoloniais, e permitem “ver” a invisibilidade da infância transgênera, no momento pelo qual argumentamos acerca do direito destes sujeitos aos seus corpos e aos seus desejos quando não atendem uma norma imposta a priori, antes do seu nascimento.

Para os familiares, antes de nascer, a criança já está inserida na concepção binária e sexualizada de gênero, e seu sexo está definido somente de modo biológico pelas concepções sociais da espera do bebê (BENTO; PELÚCIO, 2012; BUTLER, 1997). Tais concepções, reproduzem os discursos de sujeitos universais, atribuindo-lhes características que, supõem-se sejam compartilhadas por todos. O mundo infantil é construído por proibições e afirmações, nascemos com a “pedagogia dos gêneros, que tem como objetivo preparar os sujeitos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos” (BENTO, 2006, p. 71).

Na prática isto não se concretiza e a família tem o desafio de lidar com os corpos infantis que escapam a essa pedagogia, pois os familiares sentem-se responsáveis e tem a necessidade de responder socialmente por seus rebentos no grupo. Embora seja seu dever proteger a criança e o adolescente, em geral, a família é a primeira a discriminar e negar a existência deste sujeito (BENTO, 2006). Assim, as crianças transgêneras sofrem inúmeras violências quando apresentam identidades desviantes



da norma, e há uma crença por parte da parentela de que é possível “recuperá-la” por ainda estar no início da vida, podendo ser “influenciada positivamente”. Ou também, pelo uso de métodos austeros, punitivos e violentos. Tal aspecto esteve na memória das nossas entrevistadas:

Eu tinha uma tia muito boa comigo. Era a que eu mais gostava e ela também gostava muito de mim. Decidi que seria para ela que eu ia contar toda a angústia que estava vivendo. Quando contei, ela deu um grito de horror, como se estivesse vendo uma assombração! Me disse para eu ir embora da sua casa e que nunca mais eu pisasse os pés lá! (Marisa).

Neste fragmento o primeiro aspecto a ser analisado é a negação, o silenciamento do outro, a necessidade de adaptá-lo a um modelo imposto pela regra heteronormativa do sexo e do controle do gênero, uma das características exposta pelos estudos decoloniais ao tratar os controles aos quais estamos sujeitos. Nesse caso, o “control del género y de la sexualidade” (MINGNOLO, 2014, p. 09) sempre presente na invenção de conceitos que padronizam modelos de gênero no sentido de controlar os sujeitos, como o conceito de “mulher” ou modelo de heterossexualidade como norma, assim a família cristã e vitoriana como célula da sociedade, temas também pesquisados por Lugones (2014) e Tlostanova (2014).

Estes aspectos dialogam com essa perspectiva impositiva informando que ao nascer ela deveria se manter conforme o que lhe foi designado pelo discurso médico e jurídico. Quando seus familiares atribuíram um nome jurídico masculino e a genitália de sexo biológico. A família cristã modelar, não poderia aceitar alguém desviante da norma, pois, este iria envergonhar e transgredir o poder constituído e que representa nossa organização social como informa Mignolo (2014, p. 10) “el patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferencias sexuales y lo hace en relación a la autoridad y a la economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes pueden y deben saber”, sendo assim não é permitido transgressão.

No relato observamos a incompreensão da família, a falta de acolhimento ao perceber que a expectativa em relação ao indivíduo foi alterada, e o processo gera entre outras estratégias a patologização das identidades transgêneras. Referenciado pelo discurso médico estão os processos de exclusão, interdição e silenciamento do indivíduo, em todas as suas formas de sentir e desejar (FOUCAULT, 1996) potencializando o preconceito no interior da família, lugar onde deveria ser espaço de



acolhimento. Por não corresponder às expectativas familiares a narrativa de Marisa segue informando a reação violenta dos pais ao acontecimento:

Todo mundo começou a chorar, parece que tinha morrido alguém! Mas, na verdade tinha morrido sim. Morreu o menino dentro de mim! Confirmei e repeti a família o que tinha contado a minha tia. Todos choravam menos meu pai. Ele pediu para todo mundo sair da sala e fiquei frente a frente com ele. Ele me encarou por alguns segundos e me deu um soco na cara (primeiro soco que levei na cara, foi dado pelo meu pai, justo meu pai que tinha a obrigação de me proteger!). Ele me disse que eu ia apanhar toda vez que me comportasse como uma menina! Que eu ia virar homem “na marra” nem se fosse a “base da porrada” (Marisa).

Se o modelo é patriarcal, está fundado nessa lógica da família cristã, do sexo como procriação, do poder masculino como “cabeça” da família e as mulheres submissas, a qual o masculino se sobrepõe, assim ao desobedecer tais normas de gênero, crianças e adolescentes como Marisa, na cena descrita acima, experimentam a disforia (sentimento de inconformidade, por não estar adequado com aquilo que as normas de gênero julgam como verdade inquestionável), logo ela, que nasceu biologicamente menino, como poderia negar essa condição de “superioridade natural” sendo macho. Neste aspecto, observamos que a família se torna seu primeiro algoz e cai por terra o discurso da proteção, do cuidado, do apego, que se preconiza presente nestas relações. Inicia-se um processo de enquadramento a um modelo social binário e heteronormativo esperado no seu comportamento. A história de Marisa mostra, de modo contundente, a adequação às normas quando o pai diz, que ela vai se tornar homem “na marra”, pois é proibido transgredir.

Neste contexto, diferente dos discursos médicos psiquiátricos (representados pelo código de DSM V Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), as condições materiais e sociais agem de modo a alimentar o sentimento de anormalidades ou seja, a disforia não é um sentimento fruto de um essencialismo subjetivo dessas crianças, alguns mecanismos sociais produzem nas subjetividades das pessoas que transgridem as normas, uma sensação de anormalidade e inconformidade com os modelos com os quais ela convive. Ao observar o entorno tudo destoa: o modo como ela se sente internamente, seus sentimentos, seus desejos, as experiências concretas, as expectativas sobre ela, pois para meninos ou meninas exigem-se comportamentos prévios, no entanto ela não se vê, nem se sente parte destes contextos.



Infância E Transgressão Da Norma Familiar

“Nessa época acho que eu tinha entre seis e sete anos! Me questionei porque eu era assim! Não via nada de errado comigo! Eu não escolhi ser assim! Eu tomava banho com minhas amiguinhas e percebi que o ‘pipi’ delas era diferente do meu. Eu perguntei para minha mãe e ela me disse que eu era um menino! Eu lembro que nesse dia eu chorei muito e não comi! Eu queria muito ter o ‘pipi’ igual as minhas amigas” (Grabriele).

A epígrafe relata um momento da infância. Fragmento de uma criança que tem a experiência de se perceber diferente das demais, em relação ao seu gênero e a sua orientação sexual, para além das suas características puramente biológicas vivendo a infância em tempo de descoberta, por vezes maquiado pelo caráter idílico. Existe uma crença na infância como a melhor fase da vida, os bons tempos, no qual a criança não tem nenhuma preocupação além das brincadeiras, jogos, ludicidade e novas descobertas. Tais premissas podem ser confirmadas a depender de quais crianças e infâncias se trata. Não existe uma infância universal conforme nos informa a bibliografia Sarmiento & Gouvea (2008), Barbosa (2000), Sarat (2008), entre outros. As infâncias são singulares e plurais e as crianças as vivem de modo concreto, sem idealizações, a partir das histórias possíveis, como as que pesquisamos e vamos contar.

Sendo a infância tempo de aprender, construir relacionamentos e se inserir socialmente, podemos dizer quanto às questões de gênero, aprende-se a ser menino e menina (SARAT& CAMPOS, 2017), entretanto, tal aprendizagem é acompanhada por vigilância constante dos adultos, a partir de concepções disciplinadoras, fundadas no conceito que podemos chamar de heterocisnormatividade entendida como,

Relação absoluta, linear e direta, existente na nossa sociedade entre sexo gênero e orientação sexual. Um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de condutas de gênero à todas as relações estabelecidas entre as pessoas da nossa sociedade” (LANZ, 2014, p. 40).

Segundo a autora, as crianças aprendem o comportamento social com os adultos, de acordo com regras pré-estabelecidas. Assim, à medida em que os supostos “desvios” se apresentam e desafiam as normas estes indivíduos são percebidos como “estranhos” e “anormais”. As sexualidades e identidades destes indivíduos caracterizados como homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais ou definidas



como *queer*, foram vivenciadas desde a infância, eles/elas perceberam-se em um lugar social “estranho” em relação aos demais do seu grupo, especialmente, quanto não atenderam às expectativas dos pais.

As marcas estão impressas no corpo da criança e no modo como ela se expressa, pois um corpo *queer* é um corpo que escapa, um corpo que incomoda, perturba, gera desconfortos, provoca e fascina (Louro, 2004). Ao nos remetermos as entrevistas da pesquisa, observamos que os relatos das mulheres, revelavam desde cedo uma percepção de estranhamento e há a presença constante de normas a serem ensinadas e obedecidas. Gabriele percebeu que diferente das amigas ela não tinha uma vagina e sim um pênis, ao descobrir a diferença no corpo, ela observa que o modo como se sentia e se relacionava também era distinto dos modos esperados para meninos ou meninas. Em seu relato ela nos conta que ainda criança procurou alternativas para seus conflitos: “[...] comecei a usar faixas para comprimir meu ‘pipi’ e obter a aparência de uma vagina. As faixas deformaram a pele dos meus testículos, e doía muito. Minha mãe descobriu e me impediu de continuar com a prática. Me levou ao médico, fui diagnosticada com depressão e transtorno de comportamento, tinha repulsa a parte do corpo que não podia mais esconder!” (Gabriele).

O relato demonstra uma necessidade de adaptar-se as tais normas, atendendo a um conceito cisgênero definido pela pessoa que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas transgêneras, uma norma cisgênera se diz “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero, enquanto as pessoas transgêneras são percebidas como fora da norma e nos diferentes espaços sociais, os modos como tais normas se instituem são excludentes e informa a imposição da:

cisnormatividade, ou normatividade cisgênera – que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos (VERGUEIRO, 2015, p. 43 apud MIGNOLO).

Assim, poderíamos dizer que as instituições sociais regulam e atuam sobre os corpos infantis com regras compulsórias, pois se um corpo “escapa”, ou age de modo diferente do esperado as instituições se apresentam para garantir a ordem. A igreja aponta o pecado associando a uma visão teológica, religiosa e subjetiva. A medicina aponta como



“anormal”, e desviante dos padrões da normalidade e dos grupos sociais, na maioria das vezes marginaliza e exclui o indivíduo.

A família que deveria ser uma das primeiras experiências afetivas e sociais da infância tenta “consertá-lo”, no intuito de adequá-lo, e o faz de modo inadequado, impingindo violência física, psicológica e simbólica. Os discursos disciplinares e as técnicas de representação não acreditam na existência dos corpos transgêneros, considerados como espécimes pertencentes a uma taxonomia da transgressão a serem corrigidas:

Eles defendem o poder de educar as crianças na norma sexual e de gênero, como se fossem presumidamente heterossexuais. A hegemonia heterossexual atua para manter o direito de discriminar, punir e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, através de discursos de ódio, opressão, de morte, de violência de gênero e de sexualidade, mas também para lembrar aos pais das crianças não heterossexuais que é dever deles se envergonhar disso, rejeitá-los, corrigi-los (PRECIADO, 2013, s/p).

Nessa direção, Foucault (2009) contribui com a reflexão ao dizer que existe em cena os chamados “aparelhos reguladores culturais” como: a mídia, o mercado e as instituições com interesses nesses corpos delimitados por gênero (masculino e feminino), de modo a inseri-los numa economia de mercado, que enfoca o lucro e o consumo ainda na infância, tempo oportuno para a correção. No caso de Gabriele, sua mãe a leva ao médico como alternativa de resolução dos problemas, em outros casos, a família recorre as alternativas religiosas como nos conta Marisa: *“Minha tia era evangélica, e disse que eu estava possuída, com um espírito ruim e não podia ficar ali, pois tinha primos da mesma idade e ela não queria que eles fossem contaminados pelo meu espírito ruim! Era para eu procurar uma igreja para me livrar de pensamentos ruins!”*.

Ao analisarmos os relatos, poderíamos dizer que os defensores da família e da submissão das crianças as normas impostas, contam com o apoio da religião e do aparato social para cumprir o lugar da chamada “família política que eles mesmos constroem [...]”. Essa infância, que eles afirmam proteger, exige o terror, a opressão e a morte” (PRECIADO, 2013, p. 96). Morte da experiência individual para que subsista aquela que a família deseja e espera do indivíduo, lhe retirando as possibilidades de expressão do seu corpo, seus sentimentos, e seus afetos.

A infância é um espaço a família coloca expectativas, tenta regular o comportamento, de modo a produzir indivíduos para o consumo de um mercado específico, tanto para meninos quanto para meninas, destinados a atender uma determinada norma binária de gênero. Ou seja, a fabricação de sujeitos é sutil e para percebê-la é preciso estar atento,



questionar, desconfiar das práticas cotidianas, tomadas como natural – por exemplo, a concepção de que meninos e meninas fazem diferentes escolhas Louro (2000).

Escolhas sociais e culturais quando ocorrem, permitem perceber a norma cisgênera e não aceita as dissidências. As mulheres transgêneras na infância, eram aqueles meninos afeminados alvo de discriminação como exemplo: chamados de “mariquinha”, “boiola”, “viadinho”, “mulherzinha” etc., (LOURO, 2000). Sobre tal experiência: “la primera vez que recuerdo que alguien me dijo maricón fue en el nido. Yo tenía cuatro o cinco años [...]. Esta escena en el nido puede ser entendida como una experiencia de ser des-hecho por otros” (CORNEJO, 2011, p. 81). Esse é um sentimento que inicia na infância e antes da criança saber sobre sua própria sexualidade, ela já experimenta a discriminação e a vergonha de ser marginalizada pelos seus pares.

Tais relações precárias deixarão marcas formando um adulto à margem, especialmente, considerando casos de vulnerabilidade social, que geram o sentimento de transfobia (sentimentos de ódio discriminação e violência contra pessoas transgêneras) levando a marginalização. Sentimento concretamente percebido na sociedade e presente na família e na experiência em discursos cisgêneros compulsórios que silenciam outras formas de corpos, outras identidades e sexualidades e contribuem para vários tipos de morte destes corpos, tanto no aspecto civil, social, moral e em casos extremos, e não raros, na morte física.

Na infância as relações se estabelecem e são percebidas a partir do binarismo (masculino e feminino, homem e mulher), o qual é apresentado como a concepção de que todas as pessoas em seus comportamentos devem se inserir. Essa forma binária de propor a organização social, está fundada no conceito de cissexismo, que, segundo Bagagli (2017), seria a crença de que os gêneros, assim como as vivências das pessoas transgêneras seriam menos verdadeiras e legítimas do que os as pessoas cisgêneras, pois estas estariam em desacordo com a norma esperada socialmente. Podemos dizer, a partir da bibliografia, que o “gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. As interpelações do/a médico/a fazem parte de um projeto mais amplo que não antecede ao gênero, mas o produz” (BENTO, 2011, p. 501).

Contudo, a hierarquização dos lugares entre homens e mulheres propõe símbolos e comportamentos, como, por exemplo: o homem deve ter voz grave, ser racional, forte, e gostar de ter aparência masculina. A mulher tem que ser emotiva, sensível, vaidosa e gostar de ter aparência feminina. Na formação dos grupos há uma delimitação dos



comportamentos que privilegia o “masculino” e inferioriza o “feminino”, e pune as transgressões das normas. Durante a infância, os brinquedos (bonecas, objetos de cozinha para meninas e super-heróis, armas de brinquedos para meninos) servem para reforçar as palavras “mágicas” do médico que após a ecografia sentencia: “é menino” ou “é uma menina” e funcionam como uma “prótese identitária” (BENTO, 2011, p, 501).

Assim, antes de nascer os papéis socialmente são esperados, os comportamentos determinados, e as crianças carregam expectativas quando esperadas como meninos ou meninas. No entanto, ao se desenvolver uma identidade transgênera ocorre uma desestabilização do aprendido socialmente, como verdade biológica inquestionável pois,

As experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos (BENTO, 2011, p. 551).

E o indivíduo ao romper com o “acordo” programado será alijado dos espaços sociais, passará à margem pois, os grupos sociais de algum modo, concebem a linearidade entre os genitais e a identidade de gênero, como explícito no relato de Karina:

Eu descobri que não era menino aos sete anos. Olhava para os meus irmãos e não me via como eles. Eles gostavam de brincar de bola, caçar passarinhos se sujavam muito. Aquilo não era para mim! Gostava de ficar em casa. Lavava louça para minha mãe. Adorava lavar louça e gostava também de brincar de casinha. Fingia que eu era a mamãe. Brincava na maioria das vezes sozinha. As meninas não gostavam de brincar comigo e as brincadeiras dos meninos eram muito “esquisita”. Eu acho que não era muito feliz, ficava triste o tempo todo. Às vezes de noite eu chorava, eu pedia a Deus, quando rezava antes de dormir para “virar menina”. Nesta idade eu acreditava que iria acordar e estar em outro corpo! (Karina).

A imposição das normas binárias incide nas experiências da infância e da adolescência, ela provoca sentimentos de inconformidade, dor, frustração, pois é imposto por um discurso das ciências médicas (DSM, CID) naquilo que conceituam como disforia. Bento e Pelúcio (2012, p. 578) ressaltam que o DSM e o CID-10 são falaciosos e produtores institucionais de identidades abjetas: “quem formula esses códigos é um grupo fechado de especialistas orientados pelos preceitos



heteronormativos que, aliás, têm fundamentado a ciência ocidental moderna”. Uma ciência e uma tradição pautadas em modelos construídos pelo poderio de determinadas premissas de classe e gênero, já que a ciência em geral, foi escrita e produzida por homens brancos, europeus, heterossexuais, cristãos, a partir de padrões determinados, e convém apresentar indagações sobre os modos como a sociedade age para alimentar o sentimento de anormalidade nessas pessoas, assim:

As dúvidas “por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” Levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. Quais os mecanismos sociais que produzem nas subjetividades essa sensação de anormalidade? Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros? Como o centro produz e se alimenta perversamente das margens? (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 551)

Na maioria das vezes este conceito de disforia apresentado e defendido pela pessoa é diferente do discurso médico já mencionado, pois está ligada a experiência binarista-cissexista da norma. Ou seja, a norma orienta um binarismo estabelecendo discursos de cientificidade do diagnóstico de gênero, se a pessoa falha, automaticamente será considerada deslocada e, se sentirá socialmente inadequada. No entanto, acreditamos que as identidades de pessoas transgêneras são expressões legítimas do ser humano dentro de um amplo espectro de possibilidades, pois todos somos plurais e parte de uma grande diversidade. Consideramos este aspecto ao apresentarmos as entrevistas feitas com as 03 (três) mulheres transgêneras, pois buscamos a visibilidade da temática e recortamos, especialmente, as memórias nos círculos familiares.

Trabalhamos com história oral por considerar que embora tal metodologia tenha procedimentos específicos, ela permite pesquisar a história de vida de pessoas comuns, concretas que podem contribuir com o desvelamento de muitas temáticas, pois “a história oral surge como possibilidade de trazer à tona e registrar o que há muito as pessoas sabiam, falavam, vivenciavam, por intermédio de suas histórias pessoais e das relações estabelecidas” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). Enfatizamos neste artigo, as narrativas de mulheres transgêneras, em relatos marcados por processos de exclusão destas pessoas, especialmente na infância quando se revelaram contra as expectativas esperadas e exteriorizaram identidades desviantes da norma binária e heterossexual.



Memórias Da Sobrevivência Na Família

Somos constituídos enquanto sujeitos que habitam um grupo familiar como nossa primeira experiência social, uma unidade básica formada por indivíduos com ancestrais em comum e/ou ligados por laços afetivos. De modo comum, a família tem uma centralidade na vida das pessoas, por vezes envolta em uma espécie de sacralidade, a qual não se pode questionar. E foi este, o lugar privilegiado pelas nossas entrevistadas, para nos contar sobre suas primeiras experiências de medo, e, também de resistência e de sobrevivência a qualquer custo.

Foi na família que Karina, Gabriele e Marisa descobriram suas infâncias transgêneras (que obviamente a época não sabiam o significado) vivenciaram o medo dos pais e das pessoas próximas, e daqueles com quem tinham vínculos e dos quais esperavam compreensão, afeto, amor e acolhimento, mas por quem foram abandonadas. Assim, a memória trouxe as primeiras experiências da violência naturalizada nos lares. Segundo os relatos, em muitos momentos, apanhar era “pedagógico”, as punições tinham o sentido de discipliná-las, e adequá-las ao modelo masculino. No contexto familiar, a violência se justificava como forma de proteção e afeto, mas ao analisar os relatos destas mulheres, percebemos a ausência de compreensão envolvendo uma gama de sentimentos entre membros da família, pois no fundo todos queriam “cura-las” desse mal.

Os relatos expõem a concepção familiar e o modo violento utilizado para tratar estas filhas, bem como, a falta de informação sobre o tema da sexualidade, da orientação sexual, pois a preocupação estava restrita aos valores e princípios fundamentados em tradições, comportamentos e normas sociais a serem obedecidas, a grande preocupação era que o indivíduo começasse a externalizar uma condição distinta.

Outro ponto eram os modos de disciplinarização ou de ajuste social destes corpos, os quais, pautados em violências físicas e psíquicas informam reações como do pai de Marisa, mencionada acima, e sua visão machista/sexista historicamente arraigada nos modelos patriarcais que regiam sua formação ao dizer que ela ia “apanhar para virar homem”. Tal percepção da identidade e da identificação está pautada nestas concepções estruturais pois,

Considerar a cisgeneridade e a cisnormatividade deve estar atrelado, assim, a uma percepção crítica destes projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero. É importante ter em mente, assim, que as identidades trans*, no geral, são produzidas no interior de contextos ocidentalizados – como, por exemplo, a categoria transexual, produzida



a partir dos discursos médicos articulados com epistemologias eurocêntricas (VERGUEIRO, 2015, p. 48).

Neste aspecto, como já apontamos, as famílias tendem a patologizar, a levar ao médico, a rotular, a demonizar, a utilizar distintos discursos que exacerbam essa perspectiva epistemológica que empodera mais um grupo em detrimento de outro. E como o sistema, é majoritariamente patriarcal e machista, a reflexão sobre o “o lugar do feminino” precisa ser mais explorada nas discussões sobre a violência contra os (as) transgêneros (as). Para Bento (2008), o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um “transbordamento” da consciência coletiva estruturada na crença de que a identidade de gênero está atrelada ao genital. Portanto, para os pais, o masculino deveria prevalecer na forma física e na subjetividade, afinal, se nasceu biologicamente menino, no momento que transgrediu, ficou à margem.

A falta de conhecimento sobre a questão da transgeneridade leva as famílias a pensarem que, no momento quando as filhas externalizaram suas identidades desviantes da norma, estão lhes impingindo uma vergonha moral e um sofrimento que julgam não serem merecedores. Porém, o sofrimento é um sentimento partilhado por todos. Os relatos das mulheres apontam que o processo de “fuga do cárcere”, é marcado por dúvidas, angústia e medos. Tais questionamentos levaram Karina, Marisa e Gabriele - que viviam em conflito com as normas de gênero - a procurarem nelas mesmas as respostas para suas inquietações.

Essas mulheres se sentiam como “aberrações”, fruto de “castigo” divino, coisas “abjetas”. Tais sensações produzem efeitos devastadores no aspecto psicológico, no caso de crianças, Breno Rosostolato (2016 s/p), em entrevista, afirma: “a discriminação e o preconceito fazem com que a criança que ainda não possui recursos e defesas construtivas, retraia-se e isole-se. Ela acaba se sentindo diferente, como um ser doente e anormal e vai definhando e perdendo sua autoestima”.

Do mesmo modo, nos relatos das entrevistadas observamos: “*Não entendia porque eu era diferente deles. Me perguntava por que eu era assim? Me sentia como se fosse menina, mas no fundo sabia que era um menino. Muitas vezes achei que eu era um monstro, uma aberração. Morria de vontade de perguntar para alguém, mas morria de medo e vergonha*” (Marisa). Também, na entrevista de Karina a percepção do não



lugar ou ainda de não saber o que estava acontecendo com seu corpo em relação a sua orientação: “*Não era igual a ninguém! Quem eu era? Não tinha ninguém igual eu!*” (Karina). Neste contexto, a pessoa fica vulnerável emocionalmente e propensa à depressão, como citado por Gabriele. O afeto vai se embotando e a criança fica sem referências positivas.

No entanto, as crianças crescem e na fase adulta (se sobreviverem) poderão obter suas respostas, a partir de um olhar crítico e ampliado do contexto social e familiar. Mas, enquanto são crianças, todos os familiares reivindicaram o direito de corrigir e disciplinar, por vezes usaram formas violentas, tanto físicas como psicológicas em nome da proteção, do amor e da educação. A infância que a família afirma proteger é feita pela repressão, silenciamento e o apagamento do indivíduo, em geral é a infância transgênera, para manter a norma e, por conseguinte a norma é imperativa, e por causa dela, em geral, a família descarta a compreensão e a inclusão dos filhos diferentes, e fazem isso por aproveitarem-se do fato de que “é impossível para uma criança se rebelar politicamente contra o discurso dos adultos: a criança é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar” (PRECIADO, 2013, 97), ficando mais fácil submetê-los ao governo dos adultos e mais poderosos.

Na perspectiva dos espaços de “cura” procurado pelas entrevistadas, temos a via religiosa, isso se deu por serem pessoas de contextos populares, embora tivesse casos que utilizaram a medicina ou a psiquiatria. Tais aspectos remetem a dois fenômenos: a patologização ou a demonização das infâncias, na tentativa de capturá-las para a norma.

Minha mãe me levou na igreja (católica) o padre falou para ela que eu não era normal. Pediu para ela me levar no médico. Visitinhas a psicóloga acompanhada da minha mãe passaram a se tornar frequentes. Existia por parte da minha família a preocupação em relação ao meu comportamento e atitude que estava diferente das outras crianças! (Gabriele).

Eu era levada três vezes por semana na igreja. Todas às vezes eu subia no palco para o pastor expulsar os espíritos ruins que habitavam minha cabeça. Meus sentimentos viraram espíritos ruins [...] vendo que não funcionava minha mãe me mandou para um psicólogo. Mas, não tive nenhuma afinidade com ele. Não podia confiar em alguém que minha mãe pagava [...] senti-me pressionada, não deu certo! (Marisa).

Eu nem tive a chance de ir para o médico ou ser curada na igreja. Assim que ela descobriu sobre mim. Ela me expulsou (Karina).



Os relatos informam que a família adotou estratégias para resolver ou minimizar, o que se constituía um problema social, na sua percepção. A religiosidade passou a ser a alternativa mais fácil em relação ao tratamento médico, considerando os contextos de pessoas de baixa renda. Levar a igreja em geral, não tem os custos que teria o médico, além disso, a família quando tem uma determinada crença deposita suas expectativas, pois a espiritualidade superior teria o poder de solucionar. No caso das nossas entrevistadas, a maioria passou por essa etapa, recorrer ao médico foi uma segunda opção, no sentido de aliar a medicina e a ciência quando a orientação religiosa não teve mais respostas.

Os adultos querem uma solução para algo que eles não conseguem compreender, e consideram como comportamento desviante, pois nesse período da infância as crianças são de inteira responsabilidade dos pais, e das famílias, sendo o maior desafio inseri-las no grupo de pertença social e nos processos civilizatórios aos quais estão sujeitos. Embora haja vasta bibliografia sobre a temática da relação entre pais e filhos, adultos e crianças, ainda não sabemos muito como lidar com todas as situações. Conforme ensina Norbert Elias (2012), não sabemos como ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole: “não sabemos como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adulto sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriore” (ELIAS, 2012, p. 469), principalmente a questão da sexualidade, ainda um enigma para adultos na educação das crianças.

Neste aspecto, a maior dificuldade de pais e mães é a tentativa de “defender” seus filhos e filhas com infâncias marcadamente transgêneras, no cotidiano desafiador aprendendo a lidar com as relações à sua volta, especialmente quando as informações acerca da despatologização da transgeneridade são de difícil acesso. Os fenômenos de patologização ou demonização das infâncias, como estratégia de trazê-las para dentro da norma, são utilizados após esgotados estes recursos a opção é a resignação ou a expulsão do convívio familiar. Os relatos das entrevistadas mostram:

As visitas a psicóloga! Elas faziam várias perguntas para mim. Meus gostos, meus desejos, minha relação com irmãos e amigos. Um dia a psicóloga falou para minha mãe aquilo que ela e eu já sabíamos. Eu era uma adolescente transgênera! Não tinha como mudar isso! E recomendou a minha mãe que me aceitasse e me apoiasse. A aceitação da família ia ser muito importante no meu processo de transição. Ela ficou resignada. Acho que ela ficou frustrada! (Gabriele).



De uma hora para outra, todo aquele amor, aquele afeto, os carinhos dos irmãos e da minha mãe acabaram. Meus irmãos estavam mais frios e distantes de mim. Percebia seus olhares de reprovação. Minha mãe falava que os gays ainda vão destruir as famílias. Meu irmão me disse que eu ainda ia matar a mãe de desgosto senão mudasse “meu jeito”. As críticas começaram: senta direito menino! Fala que nem homem! Não senta como bicha! Passei a me afastar e evitava ficar na roda com eles (Karina).

Todos os casos são de silenciamento das mulheres em sua identificação, no caso de Karina ela não teve nenhuma das prerrogativas em buscar alternativas, visto que a família a expulsou assim que soube de sua transexualidade. Marisa, viveu o processo de abandono na infância: “Cheguei em casa meu pai já sabia. Ele me expulsou de casa. E disse que se eu um dia quisesse ‘voltar a ser homem de verdade’ eu poderia voltar. Não sei porque, mas até senti um alívio. Aos 11 anos saí de casa!” (Marisa). As histórias informam casos de expulsão e negação, pois a família não quer se “envergonhar moralmente”, e tenta fazer a pessoa adequar-se. O fato de não se submeter às violências impostas leva a alternativa de: fugir de casa, da escola e o exílio dos espaços sociais e afetivos.

Em inúmeros casos, as ruas da prostituição tornam-se saídas para prover o sustento financeiro e o lugar no qual a pessoa se volta para construir sua rede de sociabilidade (BENTO, 2006). Tal estratégia, também as coloca em situação de vulnerabilidade social e de discriminação, e reflete nos quadros de violência, estatística de mortes e apagamento destas pessoas. A invisibilidade das pessoas que fogem a regra, não se dobram ao modelo posto, pelo contrário transgridem os padrões dominantes, presentes na existência cotidiana desses corpos que insistem em resistir, e em se constituir por novas perspectivas de pertencimento e existência social.

Considerações (In) Conclusas

O objetivo deste artigo foi uma tentativa de compreender as formas e a subjetividade das pessoas, sobretudo na infância, e como constroem uma identidade diversa daquela esperada, pretendida e imposta socialmente. Portanto, se entendemos que somos parte de uma sociedade heterogênea, com nossas especificidades, logo, crianças são parte deste grupo social, plural e permeado por diferenças de classe, raça, gênero, também marcada pela cultura, religião, etnia e espaços



geográficos, entre outros. Se somos diversos em todos esses marcadores sociais, somos também em relação ao gênero que nos identificamos.

Desse modo, afirmamos que não existem modelos de criança ou de infâncias e sim, concepções que definem identidades de gênero e sexualidade. E, entre tais concepções, a bibliografia nos informa que estas são plurais e múltiplas (BUTLER, 1997). Assim, dentro da pluralidade existe uma concepção de infância, por vezes, silenciada e destruída pela família e ocultar estas infâncias, não significa que elas não existam. É cada vez mais urgente, que concepções plurais estejam presentes no debate acadêmico, nas discussões familiares, na mídia e espaços sociais.

Assim, o exercício deste texto foi trazer a reflexão um dos maiores desafios que enfrentamos ao lidar com crianças e infâncias transgêneras, aquelas que se percebem diferentes das normas ou dos modelos binários heteronormativos. O desafio é não incorrerem no erro de invisibilizar, patologizar ou discriminar essas pessoas em seus espaços sociais, pois quando usamos o classificador DSM V, que aponta pessoas transgêneras (crianças e adultos) como portadores de “disforia de gênero”, precisamos entender, conforme nos aponta a bibliografia, que diagnosticar o gênero de pessoas transgêneras não pode ser patologia e nem um erro de percurso, pois estes diagnósticos são realizados sem credenciamento profissional, visto que não existem testes clinicamente apropriados e repetíveis, muito menos simples e sem ambiguidades, para definir as pessoas, indicando assim a necessidade de pesquisa e de investigação.

Tais concepções estão mais pautadas em um olhar colonizado, preconceituoso, marcado por signos de poder que submete o gênero a um conceito construído histórica e socialmente pelo europeu, ocidental, moderno, branco, heterossexual e patricarcal, que começa a ser discutido em várias vertentes, especialmente por epistemologias que informam as culturas e os grupos que foram continuamente subalternizados, pois como nos ensina Lugones (2008), o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe. Tal afirmação tem sido pesquisada, e considera a interseccionalidade, através da qual é possível discutir os apagamentos, os atravessamentos, as violências cissexistas e transfóbicas que acometem às mulheres transgêneras, este tem sido os novos desafios das investigações, para que relatos como estes de Marisas, Karinas e Gabrielas não se repitam, e as infâncias trans existam e resistam. Portanto, o contexto por nós pesquisado informa que é urgente o debate não somente no âmbito das concepções familiares, mas ampliar para a instituição escolar, no sentido de promover a inclusão dos



filhos/filhas transgêneros (travestis e transexuais) que vem sistematicamente sendo expulsos de casa desde muito cedo, pois:

A perspectiva de uma ampliação do debate é fundamental na proposição e na adoção, por parte do Estado brasileiro, de políticas educacionais promotoras de campanhas afirmativas dentro das escolas, com a utilização de práticas pedagógicas como cartilhas, documentários, seminários, palestras, curtas-metragens, filmes, entre outros. Além dessas, a proposição de realização de cursos de capacitação para os profissionais da educação (docentes, funcionários(as), gestoras/gestores) e para a comunidade escolar (estudantes e famílias), abordando temas sobre direitos humanos, sexualidades e gênero, incluindo nesse debate o cotidiano institucional (BENTO, XAVIER, SARAT, 2020, p. 22).

Ao propor políticas de inclusão, informação e debate, a família e a escola que antes expunha crianças e adolescentes à situação de vulnerabilidade social e ampla violência, tendem a ser responsabilizadas, evitando assim que a ausência de conhecimento sobre o tema provoque situações de abandono, conforme relatada na memória das entrevistadas. Sabemos que estas memórias e histórias representam uma ínfima parcela da população, dentro de um número social muito maior de casos de discriminação, especialmente, se considerarmos o Brasil, um dos países com maior índice de violência de gênero, campeão em morte de indivíduos transexuais, alimentando estatísticas avassaladoras.

Conforme mencionamos no artigo da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece como dever da família assegurar a seus filhos (crianças e adolescentes) seus direitos à saúde, dignidade, respeito, liberdade e salvos de qualquer negligência, bem como, qualquer discriminação e opressão, observamos na nossa pesquisa que as famílias não cumprem a legislação quando não tratam dignamente suas crianças e adolescentes, especialmente os transgêneros, quando as agredem, violentam ou as expulsam de casa. Ao discorrer sobre esses dados, buscamos uma concepção de infância que faça jus a proteção de todos: família, Estado e sociedade em geral, na qual estejamos comprometidos legal e eticamente em oferecer o máximo de cuidado e proteção a estes indivíduos, mantendo-nos a salvo de qualquer violência ou negligência. E, conforme apontamos em outros trabalhos, que essas crianças e adolescentes sintam-se pertencentes a seus lugares de direito e vivam não somente na família, mas também na escola uma experiência de existência que lhes assegure os seus direitos como cidadãs. Por mais Marisas, Gabrieles e Karinas sendo aceitas socialmente como são!



Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

ARIÉS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação Sexual na Identidade de Gênero a partir da Crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Periódicos UNIFAP*, Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil*. 2000. 283f. Campinas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

BENTO, Beatriz. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. 64 p.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero; A politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 569-581, 2011. mai./ago. 2012.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. *Escola e infância: a transfobia rememorada*. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 59, e205911, 2020.

Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000200500&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2021.



BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.*

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leisL8069compilado.htm>.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição.* Standford, CA: Standford University Press, 1997.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO do Carmo Brant M. (orgs). *O lugar da Família na Política Social*, 3º ed. São Paulo, Cortez, 2000.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. *´ conos: Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 39, p. 79 – 95, janeiro 2011.

ELIAS, Norbert. Civilização dos pais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, set./dez. 2012.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102699220120003&lng>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. R. de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto alegre: Artmed, 2005.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências sociais, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.



LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

_____. *Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rsa*. Bogotá. N° 9: 73-101, jul-dez, 2008.

_____. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter [et. Al]; (org). *Género y descolonialidad*. 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. 94 p.

MIGNOLO, Walter. Introducción ¿cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? In: MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

_____. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

OLIVEIRA, Magda. Sarat. *Lembranças de infância que história é esta?* 1999. 67f. Dissertação (Mestrado em Educação), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Maria das Graças. *A relação ente a família e a creche pública no cuidado e educação das crianças*. Campinas. SP, 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Quem defende a criança queer*. 2013
Disponível em: <https://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>
Acesso em: 28 de maio 2021.

ROSOSTOLATO, Breno. *Criança transgênero: nem menino, nem menina*. UOL. MBPress. Disponível em: <http://www.vilamulher.com.br/família/filhos/crianca-transgenero-91.htm>. Acesso em 26 mar. 2021.

SAMARA, Eni. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.



SARAT, Magda. A infância de Mozart e memórias de velho. Contribuições de Norbert Elias. *Revista Intermeio*, Campo Grande MS, v. 14. n. 28, p. 102-120, jul./dez. 2008.

SARAT, Magda & CAMPOS, Míria Izabel. Memórias de Infância e da Educação. Abordagens Elisianas sobre as mulheres. *Revista Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 43. n. 2, p. 2-24, jul/dez, 2017.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da infância, Educação e Práticas Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SILVA, Claudemir Dantes da. Família e educação infantil: relações interdependentes. Dissertação (Mestrado em Educação), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados/MS, 2015, 111 p.

TLOSTANOVA, Madina. “¿Por qué cortarse los pies para caber en los zapatos occidentales?”: las ex colonias soviéticas no europeas y el sistema de género colonial moderno. In: MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

Childhood And Transphobia In The Family: Survival Reports

ABSTRACT: This paper aims to ascertain the models instituted by families to determinate social behaviors for childhood and children's bodies, from gender matters, considering adult conceptions based on the perception of sexuality by binary and heterosexual patterns. The bibliographic and empirical research with theoretical-methodological assumptions on the gender studies, aims to deconstruct the image of a body based on genitals, and of sexuality defined by binary and steady characteristics. The childhood's sociology and decolonialist theories allowed the comprehension of the ways that transgender childhood were denied or silenced. Empirically three transgender women were interviewed based on the Oral History methodology, reporting their childhood memories at family spaces. The results allowed reflections about behaviors, standards and rules which have been imposed to legitimize those people childhoods and children's bodies. However, the transgress act made it possible to say that they were "survivors", escaping the pathological speeches that are heard daily during their whole childhood.

KEYWORDS: Childhood; Transphobia; Family; Memory.

Nosli Melissa de Jesus BENTO

Secretaria Estadual de Educação/SED/MS

*Pedagoga. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul/SED.
Integrante do Grupo Mulheres Transgêneras de MS. Dourados/MS/Brasil.*

E-mail: nosli.nte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9388-0902>

Magda SARAT

Universidade Federal da Grande Dourados

*Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal da
Grande Dourados/UFGD (PPGEdu Mestrado/Doutorado)*

E-mail: magdaoliveira@ufgd.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9388-0902>

Nubea Rodrigues XAVIER

Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul/UEMS

*Doutora em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e
Processo Civilizador GPEPC/UFGD.*

E-mail: nubeaxavier@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5315-6074>

Recebido em: 28/01/2021

Aprovado em: 13/09/2022